

Pregoeiro da Justiça

Abr.-Jun. 1986

Volume 1, Número 5

A Lei e o Evangelho

Cartas - pág. 2

Editorial:

O alicerce da teologia - pág. 3

**A lei e o evangelho nas
confissões Luteranas - pág. 7**

A lei e a graça - pág. 12

**A base radical de nossa
aceitação perante Deus - pág. 17**

O evangelho encaramelado - 26

A justiça que justifica - pág. 29

Pregoeiro da Justiça é uma revista dedicada a restauração do cristianismo do Novo Testamento nesta geração. Está destinada especialmente a erguer a verdade da justificação pela fé que apresentou o apóstolo Paulo, e mais tarde os reformadores, e neste tempo quando aquela verdade está sendo ameaçada pelo humanismo, o pentecostalismo e o ecumenismo. Vendo a necessidade de uma revista não sectária, baseada no princípio da Reforma, "as Escrituras", os redatores e os promotores desta revista uniram-se para produzir uma publicação cuja norma é a Bíblia e somente a Bíblia como única regra de fé e prática. O propósito desta revista é dar a trombeta do Evangelho o somido certo (1 Cor. 14:7-9), para que através de palavras de fácil entendimento sejamos todos confirmados na verdade presente (2 Ped. 1:12), e qual Noé pregoeiro da justiça (2 Ped. 2:5).

Editor: Ricardo Marín

Promovedores: Um grupo de cristãos cujo objetivo é promover a restauração dos ensinamentos do Novo Testamento. Esta revista não tem patrocínio denominacional. Ela é mantida somente por ofertas voluntárias daqueles que veem no **Pregoeiro da Justiça** uma esperança e salvaguarda para a geração atual.

Colaboradores: Sendo que a verdade está acima das preferências e dos preconceitos de qualquer denominação, os editores dão boas vindas aos escritos de quem desejar colaborar e os julgarão somente por seus méritos. Se deseja seu manuscrito devolvido, favor nos avisar quando o enviar.

Subscrições: As subscrições são grátis a quem solicitar pessoalmente. Use o cupom previsto na última página.

Pregoeiro da Justiça, P. O. Box 700, Fallbrook, California 92028 EE.UU.

Publicação por **Life Research International**, P. O. Box 700, Fallbrook, California 92028 EE.UU. Copyright © 1986 by **Life Research International**. Direitos reservados. Permissão para reproduzir obter-se-á solicitando-nos por escrito.

Cartas

O Evangelho está no passado para nós. O crer nele é contado como justiça, portanto a fé é justiça. ... nos é dito: "Qualquer coisa que lhe pedimos, dele a receberemos, porque guardamos os seus mandamentos, e fazemos o que é agradável a sua vista". . . .

Segundo a Palavra de Deus, guardar os mandamentos de Deus é: ter fé em Jesus e amar aos outros. Vemos que a lei de Deus é a lei universal do amor que está muito acima da lei dada a Moisés no Sinai. Estar justificado é estar mal aos nossos próprios olhos. Quando estamos mal aos nossos próprios olhos, estamos bem aos olhos de Deus. Estar justificado é estar consciente do pecado. Permaneceremos justificados enquanto estamos conscientes de nossa pecaminosidade.

Ovanire Marques de M.
Paraná, Brasil

A fé não é justiça. As boas obras são justiça. A fé é contada por justiça porque a justiça da lei foi cumprida na vida obediente de Cristo e o crente crê nele.

Temos que distinguir entre fé e obras; entre evangelho e lei. Como pode você conhecer o que é o pecado ou estar consciente de que é pecadora, sem a lei? Romanos 3:20 diz que "pela lei vem o conhecimento do pecado". E mais adiante Paulo escreveu: "Mas eu não teria conhecido o pecado senão por intermédio da lei [dos dez mandamentos]". Rom. 7:7.

A fé verdadeira aceita a obediência que Cristo prestou à lei e ama ao próximo na maneira que a lei prescreve: Honra aos pais, não matará, etc. Isto é fazer "o que é agradável a sua vista".

Editor

Editorial:

O alicerce da teologia

Muitas cidades australianas celebram anualmente suas feiras agrícolas. O evento principal consiste na exibição dos produtos primários. Os eventos secundários são os carrocéis, as lutas de boxe, os mágicos, palhaços e outros entretenimentos afins. Todos esses eventos ficam agrupados numa seção dos terrenos da feira sob o título de “espetáculos marginais”.

Sendo um garoto de quatorze anos, este escritor lembra-se claramente como passou um dia na feira. Como membro de uma família de agricultores, esperava-se de mim que prestasse ávida atenção aos últimos desenvolvimentos da indústria em exibição. Contudo, quando adentrei os terrenos da feira minha atenção foi captada pelo ruído e agitação da seção onde se encontravam os “espetáculos marginais”. Antes de perceber, o dia havia terminado e o tempo para subir a bordo do ônibus de regresso para casa havia chegado. Com sentimento de remorço refletia sobre o pensamento de não haver visto o evento principal. Podem imaginar a confusão refletida em meu rosto ao ter de enfrentar a pergunta de meu pai: “Muito bem, filho, que coisas viu e aprendeu na feira?” E eu nem sequer havia visto a exibição.

Jamais houve um tempo em que a imprensa tenha produzido tantos livros e revistas religiosas como modernamente. Mas a maioria dessas exposições teológicas são como os “espetáculos marginais”. Bem poucas se ocupam do evento principal.

Em sua *Apologia da Confissão de Augsburgo*, Melancton declara: “As Sagradas Escrituras contêm e ensinam dois pontos essenciais, quais sejam: a lei e as promessas [o Evangelho]”. —Felipe Melancton, *La Justificación por la Fe*, Editorial La Aurora, Buenos Aires, 1952, pág. 13. A Lei e o Evangelho abrangem toda a Bíblia. Aí se encerra o eixo da mensagem cristã, o alicerce da teologia.

Por lei queremos dizer tudo quanto Deus requer que façamos e sejamos. Por exemplo: “amarás a teu próximo”; “amai-vos uns aos outros com amor fraternal”; “não ameis ao mundo, nem as coisas que no mundo há”. Todas estas são declarações de lei. Na lei, Deus pede nosso serviço, nosso tempo e nossas afeições. Por outro lado, o Evangelho não nos ordena fazer coisa alguma. “Tem ânimo, filho; os teus pecados estão perdoados”; “Cristo . . . morreu pelos ímpios”; “Deus . . . nos abençoou com toda bênção espiritual . . . em Cristo”. Todas estas são declarações do Evangelho. No Evangelho Deus não pede coisa alguma de nossa mão, antes se aproxima de nós para dar-nos a bênção do perdão e a vida eterna de sua própria mão.

A Justificação pela Fé

A maioria dos desvios da verdade bíblica, se não todas, começa com uma visão defeituosa da relação que existe entre a Lei e o Evangelho. A história da igreja pode ser considerada uma grande luta por manter a lei e o Evangelho numa tensão adequada. Quando se enfatiza a lei ao ponto de eclipsar a glória do Evangelho, a igreja cai na escravidão do *legalismo*. Quando se prega o Evangelho numa forma em que se mina a autoridade da lei, a igreja cai na heresia do *antinomianismo*.

Unicamente na grande verdade da justificação pela fé é que encontramos a lei e o Evangelho preservados numa tensão adequada. Este é o *articulus stantis vel cadentis ecclesiae*—o artigo de fé que decide se a igreja está em pé ou caída. Podemos comparar a verdade da justificação pela fé com um caminho direto e estreito, alto e elevado por cima dos vales do erro. Há duas formas em que se poderá cair do caminho. De um lado temos o precipício do legalismo, e do outro, o abismo do antinomianismo.

A característica mais surpreendente da Reforma foi a completa unanimidade com que todos os evangélicos se sujeitaram

à doutrina da justificação pela fé. Os reformadores tiveram suas diferenças. Nem sempre foram coerentes. Mas confessaram a uma voz que a aceitação do pecador para com Deus é só por graça, tendo em conta a obediência de Cristo somente e recebida só pela fé (ver Rom. 3:24, 25).

Quando quer que a igreja esteve desperta e em marcha, achou-se lutando em duas frentes. Nunca foi isto mais claramente demonstrado do que no tempo da grande Reforma. O conflito de Lutero com Roma foi um conflito contra o legalismo. E seu conflito com João Agrícola, e outros espíritos afins, foi um conflito contra o antinomianismo. A mesma luta contra o legalismo e o antinomianismo ficou registrada em todas as grandes confissões da Reforma—na Confissão de Augsburgo, na Escocesa, nas Confissões Belga e Helvética, nos Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra, etc. (ver as páginas 9-16 neste número de *Pregoeiro da Justiça*).

Sua Relevância para o Tempo Presente

A igreja de hoje está se afogando num dilúvio sem precedentes de legalismo “evangélico”.

Por anos os reavivalistas têm percorrido o mundo conclamando as pessoas a que se tornem cristãs, seja tomando uma decisão por Cristo ou realizando um ato de entrega ou de fé. Pessoas que ririam de qualquer um que tentasse ser cristão por obedecer as leis do Antigo Testamento, urgem as demais a que se tornem cristãs obedecendo as “leis evangélicas” do Novo Testamento. E, em princípio, qual é a diferença?

Os mestres carismáticos estão enchendo o mundo com “infalíveis” fórmulas de como se pode receber o Espírito Santo. Isto nos faz lembrar o comentário de Lutero quanto a Carlstad: “Quer ensinar-vos não como é que o Espírito vem a vós, mas como vós vindes ao Espírito”. —*Luther's Works* (Philadelphia: Muhlenberg Press; St. Louis).

Os evangelistas pressionam sobre a geração em crescimento a idéia de que a salvação consiste em certa experiência (que geralmente vem a ser uma experiência muito intensa e arrebatadora) de Cristo entrar no coração. Então tratam de confirmar isto mediante doses maciças de testemunhos nos quais se afirma haver experimentado o êxtase de ser “salvo”. Isto é, por certo, ficar muito longe da mensagem paulina da justifica-

ção pela fé e do princípio reformado de que a salvação se encontra no objetivo e externo, muito mais do que no subjetivo e interno.

Se essa avalanche de legalismo “evangélico” parece ser por demais deplorável, considere o leitor que a mesma está sendo superada por um maremoto de antinomianismo “evangélico”.

Os estudantes ouvem seus pregadores declarar que o cristão já não tem obrigações para com a velha lei dos dez mandamentos e que caminha na liberdade da lei do amor. Lêem algo como o livro de Fletcher, *Situation Ethics* (Ética Situacional), que diz a mesma coisa, só que um pouco mais especificamente, e ficam prontos para cobrir “multidão de pecados” com a clássica lavagem de mãos que chamam de “amor”.

O entusiasta “cheio do Espírito” declara: “Quando alguém é batizado pelo Espírito Santo, Ele é que estabelece todas as restrições necessárias”. Desse modo se predispõe às multidões para seguir seus próprios impulsos ou impressões, fazendo-lhes pensar que são guiadas pelo Espírito Santo.

Quando o liberalismo e o humanismo tomam o domínio, os homens pensam que já não necessitam mais da lei de Deus para definir o pecado, mas se fiam em sua visão “cristã” e em seu sentido inato de justiça. Só a guisa de ilustração, de quão longe isto pode conduzir, apresentemos um caso: Em junho de 1972 a Igreja de Cristo Unida, de San Carlos, manteve uma votação para ordenar homossexuais confessos ao ministério sagrado. A revista *The Christian Century* (de 28 de junho de 1972) opina que isto é um grande feito em que “as pessoas serão julgadas pelo contexto integral de suas vidas, antes que pré-julgadas pelas impressões estereotipadas que se tenha”.

Seria muito interessante averiguar que magnitude da corrente popular de libertinagem atual tem sido alentada por um uso equívoco da passagem paulina “não estamos debaixo da lei, e sim da graça”. Esta é uma era em que todas as formas de autoridade estão sob fogo cerrado: especialmente a autoridade das Escrituras, a da lei de Deus e a do próprio Deus.

Tem chegado o tempo para uma nova Reforma; para que a verdadeira igreja de Jesus Cristo desperte e se ponha em marcha. É tempo de que o povo de Deus lance mão da espada de dois gumes (a lei e o Evangelho) e lute nas duas frentes pela “fé uma vez entregue aos santos”.

R.D.B.

A lei e o evangelho nas confissões

João Slade*

Luteranas



Há três grandes confissões da Reforma Luterana: A Confissão de Augsburgo, *A Apologia da Confissão de Augsburgo* e a Fórmula de Concórdia. Cada uma oferece um claro testemunho da justiça que é da fé e do lugar que corresponde à Lei e ao Evangelho na doutrina cristã.

A Confissão de Augsburgo

A Confissão de Augsburgo é a primeira e maior de todas as Confissões da Reforma. Foi elaborada por Felipe Melancton e aceita unanimemente por todos os evangélicos alemães do século dezesseis.

“Artigo IV: Sobre a Justificação

“Portanto ensinamos que não somos justificados perante Deus em virtude de nossos méritos e obras, mas somos justificados gratuitamente,

*O irmão Slade preparou este artigo na Austrália, sua pátria, antes de sua morte prematura em 1974.

em virtude de Cristo, pela fé; crendo que Cristo morreu para expiar nossos pecados e que nós recebemos por Cristo o perdão dos pecados. Pois Deus imputa nossa fé por justiça. Esp. Rom. 3 e 4”.

Já então os reformadores eram acusados de antinomianismo, de modo que o Artigo XX refuta vigorosamente dita acusação:

“Nossos mestres são acusados falsamente de proibir as Boas Obras. É falsa a acusação porque seus escritos publicados acerca dos Dez Mandamentos e outros de importância semelhante, dão testemunho de que ensinaram com boa intenção a respeito de todos os estados e deveres da vida, mostrando que estados da vida e quais obras em toda comissão sejam agradáveis a Deus”.

A Apologia da Confissão de Augsburgo

Em sua *Apologia da Confissão de Augsburgo*, Melancton elabora cuidadosamente sobre a doutrina da justificação pela fé somente e a defende contra os adversários papais. Depois de citar grande número de passagens e argumentos evangélicos, declara:

“O Apóstolo Paulo diz que não podendo a Lei justificar o homem, Jesus Cristo teve que ser entregue a fim de que creiamos que por ele somos justificados. Como a Lei a ninguém justifica, nos será imputada a justiça de Cristo se cremos que por ele Deus nos torna objeto de sua misericórdia, perdoando-nos. . . .

“Não se compreende que a cegueira de nossos adversários seja tão grande para não ver os numerosíssimos testemunhos bíblicos e patrísticos que pregam a justificação pela fé e não pelas obras. Em que estão pensando? Imaginam, por acaso, que a Bíblia não persegue um fim determinado ao repetir continuamente e com palavras claras a justificação pela fé? Ou irão negar que cada palavra das Sagradas Escrituras foi escrita com toda intenção? Ou crêem, por acaso, que as Sagradas Escrituras não sabem o que dizem?

“Em realidade, nossos adversários demonstram sua impiedade quando afirmam sofisticamente que os textos bíblicos referentes à fé tratam de uma ‘fide formata’, ou seja, duma fé que não justifica por si própria, mas só em virtude do amor e das obras do homem. E isto seria, em resumo, afirmar que não é a fé o que justifica, mas o amor. Por isso, também aduzem que a fé pode existir inclusive no homem que esteja em pecado mortal. Mas com isso lançam por terra a promessa e a graça divinas e pre-

gam, simplesmente, a Lei e as obras. Porque se a fé já justifica em virtude do amor, o perdão dos pecados jamais será coisa certa; sendo que nós amamos a Deus de maneira imperfeitíssima. E, mais ainda, só nos será possível amar a Deus se de coração estamos persuadidos do perdão de nossos pecados.

“Por conseguinte, ao ensinarem nossos adversários o amor a Deus como o essencial e a confiança em nossas próprias obras como imprescindível, descartam o Evangelho, pois este ensina o perdão gratuito dos pecados. Por outro lado, ninguém poderá entender, nem possuir o amor se antes não crê no perdão dos pecados que recebemos por Cristo, em virtude da graça divina.” —Felipe Melancton, *La Justificación por la Fe*, Editorial La Aurora, Buenos Aires, 1952, págs. 58-63.

Melancton, por seu turno, é muito sensível à acusação de antinomianismo e raciocina com base na Escritura para mostrar a relação dos regenerados para com a lei de Deus.

“A nossos argumentos opõem os adversários estas palavras de Cristo: ‘Se queres entrar na vida eterna, guarda os mandamentos’. Mat. 19:17.

“Também aduzem as palavras do Apóstolo Paulo: ‘Porque os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados’. Rom. 2:13.

“De nossa parte, indicaremos o que se lê no profeta Jeremias: ‘Na mente lhes imprimirei as minhas leis’. Jer. 31:33. E o apóstolo Paulo diz expressamente: ‘Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma, antes confirmamos a lei’. Rom. 3:31.

“Também repetiremos as palavras de Cristo: ‘Se queres entrar na vida (eterna) guarda os mandamentos’. E, por fim, acrescentaremos o que o Apóstolo Paulo também diz: “Se não tenho amor, nada serei”. 1 Cor. 13:3. Estas e outras passagens bíblicas semelhantes indicam de modo claro a necessidade de que observemos a Lei, uma vez hajamos sido justificados pela fé e à medida que vamos crescendo em espírito. Não nos referimos, é claro, às cerimônias cúlticas mosaicas, mas, unicamente, aos Dez Mandamentos, o Decálogo, que nos requer que tenhamos e amemos a Deus sobre todas as coisas. Dado que a fé traz consigo o dom do Espírito Santo e regenera nosso coração, não há dúvida que ela, ao mesmo tempo, renova e transforma nosso coração e nossa consciência. E a dita renovação se referem as palavras do profeta antes mencionadas: ‘Na mente lhes imprimirei as minhas leis’. —*Ibid.*, págs. 69 e 70.

Havendo dito isto, Melancton prossegue demonstrando que nesta vida o crente nunca está isento de pecado e esta muito “longe de cumprir a Lei” (*Ibid.*, pág. 73). Por esta razão deve continuar vivendo pela fé na misericórdia perdoadora de Deus. Nunca é tido por justo sobre o terreno de sua nova obediência.

A Fórmula de Concórdia

A Fórmula de Concórdia refuta o legalismo quando confessa que:

“Cremos, ensinamos e confessamos que, apesar de que a contrição que precede [a conversão] e as boas obras subseqüentes não pertencem ao artigo da justificação diante de Deus, não se deve imaginar que uma fé tal existe e mora juntamente com uma intenção perversa de pecar e de agir contra a consciência. Mas, depois que o homem é justificado pela fé, uma verdadeira fé vivente opera pelo amor, Gál. 5:6, de tal modo que as boas obras continuam sempre após a fé justificante e são seguramente encontradas com ela; isto é, sem que vá sempre acompanhada do amor e da esperança.” —*Book of Concord*, Concordia Publishing House, St. Louis, 1957, pág. 220.

Em sua “Declaração Consumada” a Fórmula de Concórdia dedica uma ampla seção a explicar a relação apropriada entre a Lei e o Evangelho. A distinção a apropriada entre a Lei e o Evangelho se denomina “uma luz especial e brilhante”. Declara também:

“Por conseguinte, ambas as doutrinas devem ir juntas e deveriam urgir-se uma ao lado da outra, mas numa ordem definida e com uma distinção apropriada; e os antinomianos, os que atacam a Lei, são justamente condenados; os que abrogam a pregação da Lei na igreja e desejam que se censurem os pecados e se ensinem o arrependimento e a contrição, não da Lei, mas do Evangelho.

“Cremos e confessamos que estas duas doutrinas deveriam ser inculcadas sempre e diligentemente na igreja de Deus até o fim do mundo; embora tendo em conta a distinção apropriada da qual já temos ouvido, a fim de que, no ministério do Novo Testamento, por meio da pregação da lei e de suas ameaças, os corações dos homens impenitentes fiquem aterrorizados e venham a um conhecimento de seus pecados e ao arrependimento. Mas não de modo tal que se descoroçoem e desalentem nesse processo, mas para que (dado que a lei é um aio que conduz a Cristo a fim de sermos justificados pela fé, Gál. 3:24, e nos assinale e conduza até Cristo não desde Cristo, sim a Cristo, que é o fim da lei, Rom. 10:4), sejam consolados e fortalecidos de novo pela pregação do Santo Evangelho acerca de Jesus Cristo, nosso Senhor. Isto é, aos que crêem no Evangelho Deus perdoa todos os seus pecados mediante Cristo, dota-os como filhos por sua causa, e de pura graça, sem mérito algum da parte deles, os justifica e salva; contudo, não de modo tal que possam abusar da graça de Deus e pecar pensando na graça, segundo nos mostra completa e poderosamente o apóstolo Paulo em 2 Cor. 3:7ss a distinção entre a Lei e o Evangelho”. —*Ibid.*, págs. 260, 261.

Sob o subtítulo “Do Terceiro Uso da Lei de Deus” a Fórmula de Concórdia continua discutindo o lugar da Lei na vida do cristão:

“Dado que a Lei de Deus é útil, 1, não só com o fim de manter mediante ela a disciplina e decência externas contra os homens violentos e desobedientes; e, 2, para que através dela venham os homens a um conhecimento de seu pecado; como também para que, 3, quando sejam renascidos do Espírito de Deus, convertidos ao Senhor e lhes haja sido tirado mediante isto o véu de Moisés, vivam e caminhem na Lei. . . .

“. . . cremos, ensinamos e confessamos unanimemente que, apesar de que os verdadeiros crentes, encomendados a Deus e justificados, estão emancipados e tornados livres da maldição da Lei, devem exercitar-se a si próprios diariamente na Lei do Senhor, como está escrito nos Salmos 1:2 e 119:1: ‘Bem-aventurado o varão cujo deleite está na Lei do Senhor e em sua lei medita de dia e de noite’. Porque a Lei é um espelho no qual está retratada exatamente a vontade de Deus e o que a ele agrada. E que (portanto) deveria ser diligentemente assinalado e instado aos crentes sem cessar.

“Porque, conquanto ‘a Lei não foi posta para o justo’, como testifica o apóstolo em 1 Tim. 1:9, e sim para o ímpio, isto não deve ser entendido no sentido superficial de que os justificados hão de viver sem a Lei. Porquanto a Lei de Deus foi escrita em seus corações, e também, ao primeiro homem, imediatamente depois de sua criação foi dada uma lei de acordo com a qual devia conduzir-se. Mas o sentido do que diz São Paulo é que a Lei não pode entristecer com sua maldição aos que estão reconciliados com Deus mediante Cristo; nem que deve assediar com sua coerção ao regenerado, porque eles se comprazem na lei de Deus segundo o homem interior.

“Porque em verdade a Lei diz que é a vontade e o mandato de Deus que caminhemos numa nova vida, mas não proporciona o poder ou a habilidade para começar nisto e fazê-lo, antes o Espírito Santo, que é dado e recebido, não pela Lei, mas através da pregação do Evangelho, Gál. 3:4, renova o coração. Daqui adiante o Espírito Santo emprega a lei como para instruir ao regenerado a partir dela, e para assinalar-lhe e mostrar-lhe, nos Dez Mandamentos, qual é a boa e aceitável vontade de Deus, Rom. 12:2; isto é, qual as ‘boas obras’ que ‘Deus preparou para que andássemos nelas’ Efés. 2:10”. –*Ibid.*, págs. 261, 262.

“De acordo com isto, rechaçamos como erro pernicioso e nocivo para a disciplina cristã e também para a verdadeira piedade, o ensino de que a Lei, no modo e grau antes mencionados, não deve ser imposta sobre os cristãos e verdadeiros crentes, mas somente sobre os incrédulos, não cristãos e impenitentes”. –*Ibid.*, págs. 263, 264.

A lei e a graça

Geoffrey Paxton*

AS CONFISSÕES REFORMADAS E ANGLICANAS

Em nossa investigação das confissões Reformadas e Anglicanas limitar-nos-emos à Confissão de Fé de Westminster (1647), à Confissão Belga (1561), ao Catecismo de Heidelberg (1563), aos Cânones de Dort (1618-19) e aos Trinta e Nove Artigos (1563) que denominaremos “Artigos Anglicanos”.

Não somos filhos de Deus por observar a Lei

Todas essas grandes confissões unem-se num harmonioso louvor à exclusividade e majestade da graça. Somos filhos de Deus por causa de Seu favor e bondade que não se podem ganhar. Não somos filhos de Deus por observar a lei.

O Artigo XI da confissão de Westminster declara:

“Aqueles a quem Deus efetivamente chama ele também justifica livremente; não por infundir graça neles, mas por perdoar seus pecados, e por considerar e aceitar suas pessoas como justas: não por qualquer coisa operada neles, ou feita por eles, mas somente por causa de Cristo; não por imputar-lhes fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica como sua justiça, mas por imputar a obediência e satisfação de Cristo a eles, o receberem e repousarem nele e em sua justiça pela fé; fé esta que eles não possuem de si mesmos, é dom de Deus.

Nos artigos 23 e 24 do Catecismo de Heidelberg algumas importantes questões são supridas:

“P. 60. ‘Como és justo perante Deus?’

“R. ‘Somente por verdadeira fé em Jesus Cristo . . . Deus, sem quaisquer méritos de mim mesmo, com base em pura graça, assegura-me os benefícios da perfeita expiação de Cristo, imputando-me sua justiça e santidade como se eu nunca houvesse cometido um único pecado ou

*Geoffrey J. Paxton é um clérigo anglicano e professor de teologia em Brisbane, Austrália.

houvesse jamais sido pecador, tendo eu próprio cumprido toda a obediência que Cristo exerceu por mim. . .’ ”

“P. 61. ‘Por que dizes que és justo somente por fé?’ ”

“R. ‘Não por agradar a Deus em virtude do valor da minha fé, mas porque a satisfação, justiça, e santidade de Cristo somente são minha justiça perante Deus. . .’ ”

“P. 62. ‘Mas por que nossas boas obras não podem ser nossa justiça perante Deus, ou pelo menos parte dela?’ ”

“R. ‘Porque a justiça que pode apresentar-se de pé perante o julgamento de Deus deve ser absolutamente perfeita e plenamente conforme com a lei divina. Mas mesmo nossas melhores obras nesta vida são todas imperfeitas e contaminadas com pecado.’ ”

Os Cânones de Dort são tão decisivos nessas questões quanto as outras confissões.

O Artigo I, sob o “Segundo Subtítulo de Doutrina (Da Morte de Cristo, e Redenção dos Homens por Tal Meio)” ressalta a justiça de Deus bem como sua misericórdia. “Deus não é apenas supremamente misericordioso, mas também supremamente justo. E Sua justiça requer . . . que nossos pecados cometidos contra Sua infinita majestade devam ser punidos. . .”

O Artigo II declara que “somos incapazes de dar essa satisfação em nossas próprias pessoas, ou livrar-nos da ira de Deus”.

O Artigo III declara sucintamente que “A morte do Filho de Deus é o único e mais perfeito sacrifício e satisfação para o pecador; é de infinito valor . . .”

O Artigo V chama atenção à “todo aquele que crê”.

Os Artigos Anglicanos que todos os membros do clero da Igreja Anglicana supostamente devem acatar, não carecem de ensino claro, inequívoco sobre a falha das obras da lei em tornar-nos justos para com Deus. O Artigo XI declara:

“Somos contados justos perante Deus somente pelo mérito de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo por Fé, e não por nossas próprias obras e merecimentos. . .”

Está claro que em todas estas confissões há uma harmonia de louvor à exclusividade e majestade da graça. Não somos filhos de Deus por guardar a lei. A lei não é capaz (por causa de nossos pecados) de nos trazer numa justa relação com Deus. Esta é obra de Cristo e de Cristo só. Ele realizou completa satisfação aos decretos da lei. Entretanto, tudo quanto Ele fez por nós torna-se nosso mediante a instrumentalidade da fé, o dom de Deus.

Somos agora Filhos de Deus para a Observância da Lei

Se as confissões são unânimes em sua rejeição da salvação pela lei, são também unidas em sua insistência quanto ao fato de que somos salvos para a observância da lei.

O Artigo XII dos Artigos Anglicanos trata das boas obras. Declara que as boas obras são “os frutos da Fé, e segue-se à Justificação”. Elas não podem remover os pecados e suportar a severidade do juízo de Deus, contudo

“... são agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo, e brotam verdadeira e necessariamente de uma Fé verdadeira e viva; tanto assim que por eles a Fé viva pode ser tão evidentemente conhecida quanto uma árvore é discernida por seus frutos”.

Isso é a ênfase de Paulo e Tiago, e verdadeiramente do testemunho integral da Escritura. Aqueles que sugerem que a fé não tem de realizar boas obras, nem compreendem a natureza da verdadeira fé nem a Bíblia. Tais boas obras são agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo.

No último parágrafo do Artigo XXIV da Confissão Belga, lemos:

“Nesse entretanto não negamos que Deus recompense as boas obras, mas é mediante Sua graça que coroa Seus dons. Ademais, conquanto façamos boas obras, não firmamos nossa salvação sobre elas. . .”

O Catecismo de Heidelberg pergunta:

“P. 64. ‘Mas este ensino não torna as pessoas descuidadas e pecadoras?’

“R. ‘Não, porque é impossível àqueles que foram enxertados em Cristo por verdadeira fé não darem frutos de gratidão.’”

Semelhantemente, no Dia do Senhor 33, em resposta à pergunta, “O que é no nascimento do novo homem?” é-nos dito:

“Completa alegria em Deus mediante Cristo e um forte anelo em viver segundo a vontade de Deus em todas as boas obras”.

“P. 91. ‘Mas o que são boas obras?’

“R. ‘Somente aquelas realizadas a partir de verdadeira fé, de acordo com a Lei de Deus, e para Sua glória, e não aquelas baseadas em nossa própria opinião ou nas tradições dos homens.’”

Deveria ser claro, mesmo dessa breve amostragem que aqui indicamos, que as confissões Reformada e Anglicana são uma nessa afirmação dupla: não somos filhos de Deus mediante a lei; mas agora que somos filhos de Deus, louvamos a Deus por viver de acordo com Sua lei.

A lei de Deus define o pecado. Mediante a lei, sabemos o

que é o pecado (Rom. 3:20). A lei não somente define o pecado, mas também define o amor (Rom. 13:8ss). O amor é uma expressão concreta, não um conceito romanceado. Os mandamentos de Deus tornam claro o que o amor representa em respeito a Deus e a toda a humanidade (cf. Mat. 5:17-48).

HARMONIA DE LEI E GRAÇA

O legalismo é inimigo da graça por causa de uma errônea compreensão da lei, e o antinomismo é inimiga da lei devido a uma falsa concepção da graça. O legalismo negligencia a “base de graça” da lei, e o antinomismo “a base de lei” da graça. Precisamos agora expor o que tais expressões significam.

A lei tem uma “base de graça”. A lei, como aquela autoridade sob que tem sua existência, é uma amorável provisão de Deus. No que concerne à Bíblia, o homem é livre quando está sob a autoridade de Deus. A lei de Deus é a ordem da existência do homem, e o homem é livre quando vive em conformidade com essa ordem. Um dos primeiros passos da boa saúde é estar em sintonia com a realidade. O filho pródigo ilustra este ponto. Ele pensava que poderia ser livre uma vez se libertasse da autoridade paterna, assim resolveu partir em sua “viagem de emancipação”. Contudo, caiu em si quando começou a refletir sobre a condição dos servos de seu pai. Fez seu caminho de retorno pois sabia que liberdade consistia em estar comprometido com o pai. A lei de Deus não é uma lei severa e alheia que destrói a personalidade do homem, como alguns a têm erroneamente visto. É aquela lei que permite ao homem ser o seu verdadeiro “eu”. O homem foi criado livre porque foi criado sujeito à autoridade (lei) de Deus.

Não é de admirar, portanto, ver a graça como base dos Dez Mandamentos. “Eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tirou da terra do Egito. . .” Esta declaração de fato prefacia os requisitos que Jeová estabelece a Seu povo. Eles deveriam comportar-se de determinada maneira porque Jeová os resgatou. Em termos de realidades concretas, os Dez Mandamentos explicam o que representa ser resgatado.

A situação não é diferente quando vamos ao Novo Testamento. Permitamos que Romanos 12:1 seja como um texto típico: “Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus . . .” O “pois” e o “misericórdias de Deus” firmam o requisito na atividade imerecida de Deus em salvar Seu povo do chiqueiro.

O legalista perde de vista esta ordem e assim falha em compreender a verdadeira natureza da lei. Ele busca tornar a bondade e favor de Deus dependentes de sua observância da lei, em vez de perceber que a obrigação de observar a lei repousa sobre o favor de Deus. A lei baseia-se em graça.

Que queremos dizer quando dizemos que a graça tem uma base legal? Busquemos a resposta à pergunta formulando outra: Com quem Deus aceita o crente? Duas respostas erradas bem têm sido dadas a esta pergunta: primeiro, a resposta do legalista, que dá ênfase na obediência do homem; e a segunda, a resposta do antinomista, que declara que o irado juiz (Deus) foi apaziguado (ou ganho) pelo misericordioso mediador, Jesus Cristo.

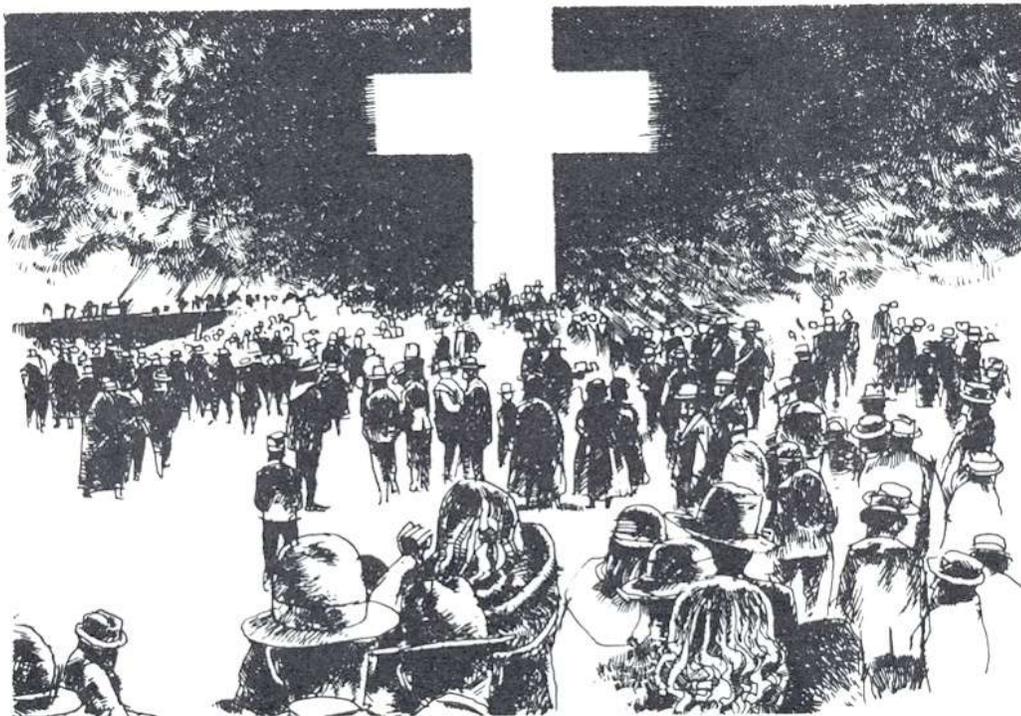
A única resposta que fará justiça à Bíblia é a de que o amor de Deus foi demonstrado em Sua atividade salvadora em Jesus Cristo. Ele atendeu às exigências da lei de Deus por aquela perfeita e perpétua obediência vista em Sua vida e morte. A encarnação do Filho de Deus honrou a lei de Deus. Tal honra à lei de Deus (obediência, ativa e passiva) é a base sobre a qual Deus nos aceita. É isto que queremos dizer quando falando de “base Legal” da graça.

O antinomista deixa de ver a verdadeira harmonia entre a lei e a graça, e concebe a graça como negação da lei. Ele não só, som isso, desonra a lei, como também a graça.

A falha em perceber esta harmonia de lei e graça tem conduzido a tristes incompreensões do caráter de Deus. Quando o amor de Deus é ressaltado à parte da lei, então Deus é visto como Aquele que não faz questão de justiça. Este não é o Pai de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Quando a justiça de Deus é destacada à parte de Sua atividade amorável em Cristo, então Deus é visto como um juiz irado e sem misericórdia requerendo pagamento pelas falhas de homens e mulheres. O Deus e Pai de Jesus Cristo, nosso Redentor, não é nem injusto (pois honrou a lei) nem falto de amor (porque Ele honrou a lei por nós). Ele é o Justo e Amorável.

Em suma: Devemos preservar a graça da distorção de uma errônea compreensão da lei. Devemos preservar a lei de uma incompreensão quanto à graça. O legalista expressa incompreensão de lei e portanto degrada a graça, e o antinomista expressa uma falsa concepção de graça e, assim, danifica a lei. A lei deve ser vista à luz da graça (a base de graça da lei), e a graça deve ser vista à luz da lei (a base de lei da graça).

A base radical de nossa aceitação perante Deus



Extraído de uma conferência de Geoffrey Paxton

Deixem-me começar fazendo uma pergunta fundamental: Sobre que *base* Deus aceita o homem?

Observem cuidadosamente esta pergunta. É a mais fundamental de todas as perguntas religiosas. Proporei várias respostas e lhes pedirei que escolham a correta:

1. Uma vida de obediência à lei.
2. Fé no evangelho de Jesus Cristo.
3. Algum outro meio.

Estamos um tanto temerosos de pedir que respondam levantando as mãos devido a que tantos dão uma resposta equivocada. A situação é pior ainda quando estamos num seminário e descobrimos que até os professores dão a resposta errada. Mas o glorioso do evangelho é que somos aceitos mesmo quando estamos errados. De qualquer modo, aceitemos o desafio e escolhamos uma das respostas.

(O orador pede que levantem as mãos. Todos descartam a pergunta número 1. Ao redor de noventa por cento escolhem a número 2. Uns poucos preferem a número 3. E alguns se abstêm).

Como já disse, esta pergunta é verdadeiramente fundamental. É a mais cardeal das perguntas religiosas que possam ser feitas a alguém. Requer uma resposta clara. E a fim de dar uma resposta tal, este importante assunto deve estar claro em nossas próprias mentes. Este foi o grande argumento da Reforma. Alguns pensam que os tempos mudaram e que, em consequência, há novos assuntos que são mais relevantes. Mas nós cremos que nossa pergunta é tão relevante hoje como o foi nos dias de Paulo ou de Lutero. É a indagação mais fundamental de quantas afligem o coração humano. Aparece à própria raiz dos problemas da sociedade.

Nós, do Fórum Australiano, cremos que a única resposta correta a esta pergunta é a de número 1. Alguns de vocês estão mostrando cara de espantados! Bem, pode ser. Mas confiamos em que ao finalizar a conferência seus olhos voltem a ficar direitos. Indubitavelmente, nós escolhemos a resposta número 1. A única base sobre que qualquer pessoa é aceita perante Deus é *uma vida de obediência à lei*.

A resposta do legalismo

Vou dizer-lhes por que escolheram a resposta número 2, e não a número 1. Porque vocês não querem parecer legalistas. A maioria das pessoas escolhe a número 2 (isto é, "Fé no evangelho de Jesus Cristo") porque pensam que essa resposta é contrária ao legalismo. A resposta realmente legalista, porém, é a número 2.

Estou vendo que alguns de vocês começam a mostrar-se confusos, igual àquele estudante universitário de Minnesota que tinha um grande K pintado sobre as costas da camiseta.

Perguntei-lhe: “Que quer dizer esse K?” E ele respondeu: “*Confuso*, estou confuso, é o que significa.” “Mas”, retruquei, “você não escreve *confuso* com K, não é mesmo?” “Ah”, disse ele, “é que não sabe quão confuso eu estou”. De igual maneira, é possível que você esteja dizendo: “Agora, sim, que estou confuso ele nos vem com brincadeiras. Esta é a última vez que assisto a suas conferências”.

Mas, vamos raciocinar juntos.

A resposta número 2 é realmente a legalista. Que sinônimos podemos encontrar para a palavra *base*? (A audiência responde: alicerce, fundamento). Exato. Qual é a base, o alicerce ou o fundamento sobre que um homem se torna aceitável perante Deus? Os reformadores nem qualquer especialista bíblico digno da tradição da Reforma jamais declarou que a fé é a base ou o fundamento de nossa aceitação perante Deus. Nunca! É verdade que a fé é gloriosa. Dentre todos os atributos que a graça implanta no coração humano, a fé surge em destaque. É um dom de Deus e a raiz de todas as virtudes. Mas à parte de sua natureza magnífica, a fé nunca tem a posição de base, de alicerce ou fundamento da salvação. E, precisamente, um dos perigos do moderno cenário religioso é pensar que devido a minha fé, em virtude de que nasci de novo, ou porque confio em Jesus, é que Deus me aceita.

Dizer que a fé é a base de nossa aceitação perante Deus, é legalista, porque equivale a oferecer, para que Deus me aceite, algo que está dentro de mim. (O fato de que Deus é quem dá a fé não muda em nada este princípio, já que a fé assim mesma continua sendo uma qualidade dentro em mim). Se você tomar tempo para examinar os decretos do Concílio de Trento relativos à Justificação, verá que a segunda resposta é uma clássica posição católica-romana. Os reformadores se levantaram contra tal noção.

A resposta da fé

Agora leiamos Romanos 2:12, 13:

“Assim, pois, todos os que pecaram sem lei, também sem lei perecerão; e todos os que com lei pecaram, mediante lei serão julgados. Porque os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados”.

A Bíblia é incontestável. Ninguém, exceto os que cumprem a lei, é aceito por Deus. Este é um princípio eterno. Deus não o mudará. Ele nunca mudou de mentalidade. A única base de aceitação para com Deus é uma vida de obediência, isto é, uma vida de justiça.

O problema dentro do mundo evangélico hoje em dia, é que o evangelho está sendo considerado uma forma inteligente de contornar a lei. Um esquema engenhoso para facilitar o saltar por cima dos requisitos da lei e chegar diretamente à presença de Deus. Assim chegamos a pensar que o evangelho significa que agora Deus requer menos do que exigia antes.

Deus requer uma vida de perfeita obediência a sua lei. Nada que seja coxo, imperfeito, manchado, nem mesmo uma obediência incompleta, satisfará sua santidade. “. . . os que praticam a lei serão justificados”. Esta base fundamental da religião bíblica tem sido passada por alto neste século vinte. Hoje em dia há pouca pregação sobre a santidade e majestade de Deus. Ele está sendo apresentado aos homens e mulheres como um ser benevolente, de manga larga, que anda freneticamente pelos céus buscando a forma de comprazer as pessoas insaciavelmente mundanas. Não é de admirar que estejamos nesse pantanal religioso. Necessitamos da lei. Necessitamos conhecer o santo requerimento de Deus. Necessitamos conhecer a norma de Deus. E precisamos pregar essa norma de Deus de tal modo que as pessoas cheguem a exclamar: “Como, então, posso ser salvo? ”

Quando Paulo contrasta o caminho da fé com o caminho das obras, em Romanos e Gálatas, não está defrontando a fé e as obras como tais, mas a fé e nossas obras, débeis, pequenas e defeituosas. Não pensemos que a fé se opõe à lei. Em Romanos 3:31 Paulo diz que a fé confirma a lei. A fé reconhece que é unicamente sobre a base da resposta número 1—uma vida de obediência à lei—que Deus aceitará sempre o homem.

A penosa e incômoda situação do homem

Nos primeiros capítulos de Romanos Paulo assinala a perigosa situação do homem. Qual é essa situação? Paulo mostra claramente que nem o gentio nem o judeu é capaz de alcançar a santa norma de Deus exigida em sua lei. E o que diz em Romanos 3:21-26 acerca de Jesus Cristo e a justiça de Deus, o diz precisamente para retificar essa situação.

Amiúde passamos por Romanos 3:21-26 sem dar a devida atenção à força do argumento precedente. Recordemos que em Romanos 1:13 a 3:20 Paulo busca acertar o alvo, com insuperável clareza e força inspirada, com a mensagem de que toda a raça humana está em terrível apuro porque o homem não foi capaz de dar a Deus o que Deus requer, e o que Deus requer é nada menos do que uma perfeita conformidade a sua lei.

O evangelho cristão honra a lei de Deus. A fé honra a lei de Deus. A fé verdadeira sempre se moverá rumo à resposta número 1. E como a fé sempre se alimenta de seu objeto e dele toma seu valor, é claro que a fé sempre responderá: “Número 1”.

A justiça de Deus

Romanos 3:21 começa: “Mas. . .” Esta é a maior palavra da Bíblia. E foi também a maior pequena palavra de minha infância. Meu pai me levava a um canto e me dizia: “Sua mãe me contou que você se comportou como um menino muito desobediente. Merece ser castigado. Deve receber uma surra”. Então continuava até que chegava a um grande clímax psicológico em que eu podia sentir a sova iminente. Era quando então dizia: “Mas . . . quero que saiba o que é graça. Vou deixar você sem lhe dar o que merece! ” Ufa!

“Mas, agora, . . . se manifestou a justiça de Deus . . .” Isto é o que se interpõe em nossa espantosa situação. Não esqueçamos que esta “justiça de Deus” foi a faísca donde e da qual explodiu a Reforma. Mas, que devemos entender por justiça de Deus?

1. *A justiça de Deus é algo que pode ser comparado com o próprio caráter de Deus.* É algo que corresponde em escala e proporção à própria santidade de Deus. Tem a Deus como sua medida. Esta justiça é seu caráter divino, santo e sem mácula.

2. *Esta justiça de Deus é o que Ele exige.* E a exige de cada homem e mulher. Isto é o que sempre pediu e pedirá de nós, porque Ele nunca poderia pedir algo inferior a sua própria existência perfeita. Este foi o problema com o qual Lutero lutou. Quase se desesperou quando viu este quadro da “justiça

de Deus”. Vocês recordam como Lutero se esforçou com todas as suas forças e regras ascéticas para dar a Deus o que Deus requeria. E, apesar de tudo, sua consciência não lhe dava descanso. “Realizei o suficiente? Fi-lo suficientemente bem? Como posso estar seguro?”

Assinalemos que o evangelho é virtualmente desconhecido porque hoje em dia não estamos lutando com aquelas mesmas convicções. Porque o evangelho tem unicamente sentido quando é contrastado com o pano de fundo da exigência básica e inegociável de Deus. Quando os homens e mulheres entenderem que uma vida de perfeita conformidade para com a lei é a base da aceitação perante Deus, e quando estiverem suficientemente angustiados para poder satisfazer essa exigência, então, e só então, o evangelho fará sentido.

O erro com muita de nossa religiosidade hoje em dia é que não estamos suscitando indagações teológicas. Em vez disso queremos saber: “Como pode Deus comprazer-me? Como poderá ele saciar meu coração amante do mundo?” Sem embargo, a pergunta fundamental da Bíblia, a pergunta que deu nascimento à Reforma, foi: “Como posso agradar a Deus?” Somente quando esta pergunta for uma necessidade urgente, o terceiro ponto relativo à justiça de Deus terá sentido para nós.

3. *A justiça de Deus é algo provido, concedido e ministrado por Deus mesmo.* Quando Lutero descobriu isto, a Reforma teve nascimento. Essas são as boas novas. E são gloriosas!

Jesus é ao mesmo tempo a exigência e a provisão de Deus. Se quiser saber o que requer Deus de você e de mim, mire-se na vida perfeita de Jesus Cristo. Ele foi verdadeiramente homem, tal como devia ter sido. Mas não transforme Jesus num grande Moisés. Jesus é a justiça de Deus em razão de que ele é a provisão de Deus. Quando veio a este mundo, foi seu nascimento um como jamais ocorrera desde que Adão caiu. Veio à Terra para viver uma existência que ninguém havia vivido desde a queda de Adão. Se considerar a história humana desde a queda até o fim do mundo, verá somente trinta e três anos que Deus endossa. Jesus veio para dar-se em sacrifício perfeito, para ser o *antilutron*, o resgate substitutivo pelo fracasso de homens e mulheres em viver aceitavelmente perante Deus. Ressuscitou da tumba e ascendeu à destra de Deus de modo que está agora na presença de Deus, como um Homem per-

feito, em nome e representação de todos quantos nele confiam.

Jesus veio e viveu uma vida de perfeita obediência à lei de Deus. Sua vida igualou-se à santidade de Deus em cada ponto. Como é a santidade que Deus pedia, tal foi a santidade que Jesus proveu. Já leram alguma vez a obra de Atanásio, “Da encarnação da Palavra de Deus”, ou aquela outra de Anselmo, “Por que Deus se fez homem”? Deveríamos ler estes clássicos em lugar desses algodões de açúcar literários que andam flutuando por aí. Esses homens lutaram com o problema da encarnação. Deus teve de converter-se em homem a fim de poder ministrar-nos precisamente o que sua própria natureza santa requeria.

A ação da fé

Conquanto Jesus haja provido a justiça que Deus requer, continuamos ainda obrigados a apresentá-la perante Deus para poder ser pessoalmente justificados. A obediência de Cristo à lei não lhe servirá a menos que, de algum modo, chegue a ser sua. Deve apresentá-la perante Deus. E deve dizer: “Pai, aqui está”. Como pode dar-se isto? Pode ser feito *através* (e não por causa) do magnífico canal da fé.

Quando nos apresentamos perante Deus, arrependidos, dizemos: “Senhor, vejo-me descrito em Romanos 1:18 a 3:20. Não



tenho guardado Tua santa lei. Nem tenho apresentado o que Tua santidade requer. Tem misericórdia de mim, pecador”. Mas a fé diz: “Teu santo evangelho diz que Tu o fizeste por mim em Jesus Cristo”. Então erguemos nossas miseráveis mãos e dizemos: “O nascimento de Jesus, Sua vida sem pecado, Sua morte, Sua ressurreição e Sua ascensão são minhas! ” Essa é a linguagem da fé. A fé se estende e se apossa da justiça de Deus em Jesus Cristo. Então, por meio da fé, somos capazes de apresentar Sua vida diante de Deus como se fosse a nossa.

4. *A justiça de Deus, portanto, é minha mediante a fé em Jesus Cristo.* As vezes os carismáticos vêm a nós e perguntam: “Irmão, já fez a emocionante descoberta de uma vida cheia do Espírito?” A tragédia é que muitos cristãos se sentem espiritualmente despidos e envergonhados. A única resposta de um homem ou mulher de fé é: “Sim, e que vida! Nasci perfeitamente e vivi, em meu substituto Jesus Cristo, uma vida ao nível da santidade do próprio Deus”. Quando nos jactamos de uma vida cheia do Espírito (a qual é nossa pela fé), isso faz que em comparação toda outra vida do Espírito se veja pequena e insignificante. Nosso problema é que não nos temos jactado junto aos carismáticos.

5. *Essa justiça de Deus, que chega a ser minha por meio da fé, está em Jesus.* Não é uma qualidade própria em meu coração. Esse é o sentido de Romanos 3:21-26 “em Cristo Jesus”. Esta justiça se acha só em Jesus, que está sentado à destra de Deus. Paulo diz aos colossenses:

“Portanto, se fostes ressuscitados juntamente com Cristo, buscai as coisas lá do alto, onde Cristo vive, assentado à direita de Deus. Pensai nas coisas lá do alto, não nas que são aqui da terra; porque morrestes, e a vossa vida está oculta juntamente com Cristo, em Deus. Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então vós também sereis manifestados com ele, em glória.” Colossenses 3:1-4.

Portanto, não ponha suas afeições numa vida equivocada. Sua vida de santificação, que se segue necessariamente à justificação, é uma sombra daquela verdadeira vida cristã que está à destra de Deus. Gosto da maneira como Calvino o declara (e isto é um antídoto para a doutrina de “uma vez salvos, sempre salvos”, como se um momento de fé trouxesse vida por toda a eternidade): “Cristo a ninguém justifica sem que, ao mesmo tempo, santifique”.

Conclusão

Deixem-me concluir dizendo isto: Uma vida de obediência à lei—que é o que Deus pede—tem sido uma realidade pelo viver e morrer de Jesus Cristo. E essa é a vida que posso apresentar a Deus pela fé. Isto não é apresentar a justiça que está em mim, mas apresentar a justiça que está em Jesus Cristo. É, como disse Lutero, a justiça alheia de Cristo. Está reservado no céu, como um grande tesouro, para as pessoas que vivem entre ladrões. O céu é um lugar seguro para guardá-la. Assim, Deus nos aceita sobre a base de uma justiça perfeita. Salvamos justamente. Isto significa que nossa salvação está fundamentada na justiça de Deus. Estas são boas notícias. Às vezes nos perguntamos se a misericórdia de Deus não se acabará. O pastor poderia dizer-nos que Deus é misericordioso. Mas mesmo assim poderíamos dizer: “Mas ele não conhece o meu coração. É Deus tão misericordioso?” Já pensaram alguma vez na possibilidade de que Deus deixe de ser justo? Não! Isto é por que pensamos que sua misericórdia pode esgotar-se, porque sabemos quão justo ele é.

Aqui está a gloriosa mensagem de Romanos 3:25, 26, que não ensina na atualidade tanto quanto deveria ser ensinado: O evangelho é uma declaração da justiça de Deus. Ele nos salvou duma maneira que confirma que ele é justo. Ele não contornou a lei. Não foi incoerente. Para que Deus pudesse rechaçar alguém que confia em Jesus Cristo teria primeiro que transformar-se em injusto. “. . . a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus”. Romanos 3:26. Portanto, nossa segurança está fundamentada firmemente na justiça de Deus.

Deus nunca mudou de mentalidade. Ele sempre requereu perfeita obediência a sua lei. E quando ele olhou ao mundo e o viu em completo desespero, veio ele mesmo—Deus num presépio, mamando no peito de uma virgem palestina: deixando que o pó da Palestina se enfiasse entre os dedos de seus pés enquanto cumpria sua própria lei em nosso favor. A fé reconhece a lei porque Jesus também a reconheceu. A fé sempre escolhe a vida perfeita de Jesus, vida em conformidade com a lei, como a base para a aceitação perante Deus (resposta número 1) e não ela mesma (resposta número 2) ou qualquer outro meio (resposta número 3).

O evangelho encaramelado

M. Dean Stephens*



Ao observar os conhecidos esforços dos cristãos evangélicos por pregar o Evangelho hoje em dia, fui colhido por um pensamento quase herético ou quem sabe, tão somente quem sabe, quanto ao que se faz passar pelo Evangelho de Cristo, neste século vinte, não seja uma reprodução exata do que era nos tempos apostólicos. Provavelmente em algum ponto, distante do fundamento, algo se perdeu. E por assim dizer, os costumes populares, tais como: “preencher os bancos”, o “domingo de transportação” (quando os que vêm à igreja na forma mais extravagante levarão o prêmio); tais como os atletas de renome, estrelas de cinema, fazendo atos de presença para dar testemunho na igreja local e outras novidades, fazem com que ninguém venha suspeitar que as igrejas evangélicas hajam começado a permitir que os artifícios e os encantos cubram o Evangelho.

Pensemos acerca da igreja primitiva, como o exemplo ideal do poder e da normalidade eclesiásticas. De algum modo, aqueles crentes primitivos, modificaram em poucos anos o mundo ao revés, sem a necessidade de recorrer ao uso de artifícios.

*M. Dean Stephens é vigário da Igreja Episcopal Americana de São Felipe em Wilmington, Carolina do Norte, EE.UU. Recebeu o grau A. B. na Universidade Bob Jones. Este artigo é tradução do original que foi publicado na revista *Christianity Today* (direitos reservados 1972, reprodução com permissão).

Porque nossas igrejas obtêm tão poucos resultados perduráveis? Porque há tão pouco poder? Quero sugerir algo que me pareça ser em grande parte o problema: a carência da pregação da Lei de Deus em nossos púlpitos.

Ao mencionar este ponto, noto que muitos chegam à conclusão de que o tema lei torna-se demasiado puritanismo ou antiquado calvinismo. Porém o fato é que o Evangelho que se prega hoje em dia em muitas igrejas é um evangelho encaramelado. A moda do dia parece ser: “três passos fáceis para a salvação”. Quando alguém escuta a muitos pastores e evangelistas pregar, não pode estar certo se eles estão anunciando a um Salvador crucificado e ressuscitado ou a um plano de salvação em doze parcelas suaves de pagamento para is ao céu. A pregação evangélica parece haver sido influenciada por uma sociedade leviana e florescente em que vivemos. Fazemos fácil o chegar a ser cristão porque pensamos que perdemos muitos conversos e membros da igreja, se pregamos demasiado o “isto farás” e o “isto não farás”.

Havendo perguntado o jovem rico, em Marcos 10:17-21, como poderia ganhar a vida eterna, Jesus respondeu:

“Sabes os mandamentos: Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, não defraudarás ninguém, honra a teu pai e a tua mãe. Então ele respondeu: Mestre, tudo isso tenho observado desde a minha juventude. Mas Jesus, fitando-o, o amou e disse: Só uma coisa te falta: Via, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; então vem, e segue-me”.

E sabemos o resto: “. . . aflito, por esta palavra, se retirou triste, porque possuía muitos bens”.

Note-se que Jesus não fez uma observação geral, acerca da pecaminosidade de todos os homens, como o primeiro passo para levar aquele jovem à fé. O jovem rico não pensou que havia pecado. A maioria dos homens não crêem realmente que são pecadores, ou pelo menos, não o suficientemente maus para que Deus os prive do céu. Nosso Senhor não só condenou o pecado em geral; condenou-o também em particular. O jovem rico era um idólatra. Amou mais o dinheiro do que a Deus. A resposta de Jesus foi clara e convincente. Cristo usou a Lei em seu trato com os pecadores. Porque, então, nos afastamos assustados dela? Seguimos nosso caminho cantando: “Vivemos livres da lei, oh bendita condição”. Esquecendo que sem a Lei não existe base alguma para identificar o pecado “porque pela lei vem o conhecimento do pecado”. (Rom.

3:20). Sem dúvida, sem esta divina regra, os homens não têm meio algum de medir suas vidas comparando as justas reivindicações de Deus. Não é uma maravilha que os pecadores se cansem de nossa proclamação, é que estamos fazendo muito pouco impacto no mundo. É só quando tratamos com os detalhes, que os pecadores começam a agitar-se e a buscar saída mais rápida.

Como sacerdote episcopal, tenho sido chamado para instruir nos princípios da fé aos interessados da igreja durante as classes de confirmação. Tem havido, em minhas classes, pessoas que não têm regressado às mesmas, devido a que quando estudávamos os mandamentos eles sentiam que Deus estava se tornando demasiado pessoal ao dizer: “isto farás” ou “isto não farás”. Quando nos aproximamos aos particulares, os homens percebem, rapidamente que são pecadores em necessidade da graça divina. No livro intitulado: *Today's Gospel—Authentic or Synthetic* (O Evangelho de Hoje—Autentico ou Sintético), Walter J. Chantry disse:

“A prática evangélica normal é de correr rapidamente em direção à cruz de Cristo. Porém a cruz não tem nenhum significado separada da lei. Os horríveis sofrimentos de nosso Senhor devem parecer trágicos e absurdos aos olhos de qualquer que não aceita com reverência os perfeitos mandamentos. Na cruz, Jesus estava satisfazendo as justas exigências da lei contra os pecadores. Se os pecadores desconhecem os requerimentos do decálogo por si mesmos, não terão consciência do significado pessoal a respeito do corpo quebrantado de Cristo e seu sangue derramado. . . Cristo foi tido como propiciação (Rom. 3:25), isto é, como o objeto substituto da ira de Deus, derramada contra uma lei violada”. (Banner of Truth 1970, pág. 37).

Até que se aplique a lei na condenação dos pecados particulares, os pecadores não recorrem a Cristo para rogar misericórdia. A mulher do poço precisa ter aplicado o sétimo mandamento relacionando-o com a sua condição. Paulo confessa que a lei foi o aio que o levou a Cristo: “. . . eu não conheci o pecado senão pela lei”. (Rom. 7:7). Quando somos feridos pela lei, então é que se pode verter o azeite do Evangelho sobre nossas almas enfermas.

É tempo de desfazermos todos os artifícios e truques. Desistirmos de tratar de levar os homens a Cristo dando-lhes um evangelho encaramelado, e restaurar a lei em seu lugar correspondente à pregação da salvação pela graça mediante a fé. Fazer isso será um grande passo até o retorno à pregação original.

A justiça que justifica



Martin Chemnitz*

Não ensinamos que os crentes são justificados sem justiça, o que seria uma justificação do ímpio que Deus declarou abominável em Prov. 17:15 e Isa. 5:23. Dizemos, antes, que é necessário que na justificação venha e intervenha uma justiça, e de fato, não apenas qualquer tipo de justiça, mas uma que seja suficiente e digna de ser declarada apropriada para vida eterna no juízo de Deus. Contudo, nossa justiça inerente que começa na renovação mediante o Espírito Santo, não é tal devido à imperfeição e impureza da carne que a ela se apega. Portanto, necessita-se duma classe diferente de justiça mediante a qual, quando se apresenta e intercede perante Deus, sejamos justificados para vida eterna. Esta é, de fato, a satisfação e obediência que corresponde à justiça de Cristo, o Mediador, oferecida mediante o ministério da Palavra e dos sacramentos; apropriada pela fé e imputada por Deus aos crentes; de tal maneira que podemos interpô-la entre o juízo de Deus e nossos pecados, a fim de que sejamos protegidos sob ela da ira divina que merecemos, como sob um escudo para que “cobertos por ela possamos confiada e seguramente apresentar-nos perante o tribunal divino e ser assim pronunciados justos para a vida eterna”

Portanto, com respeito a Cristo, o qual dá à Lei satisfação por nós, é redenção, mérito e justiça; mas com respeito a nós, é graça ou misericórdia imerecida, porque o juízo de Deus não acha em nós, mesmo no regenerado, nesta vida uma justiça inerente que seja suficiente e digna para que sejamos justifica-

*Martin Chemnitz (1522-1586) foi o maior discípulo de Filipe Melancton e um príncipe entre os teólogos luteranos de sua era. Aqui reproduzimos uma seção da tradução de seu livro *Examination of the Council of Trent* (Concordia Publishing House, 1971).

dos por sua conta para vida eterna. Antes, acha em nós, mesmo no regenerado, alguns, sim e vários, pecados de que não temos suficiente conhecimento, por conta dos quais, se ele quisesse entrar em juízo conosco de acordo com a severidade da lei, poderia condenar-nos. Por conseguinte, é por graça gratuita que nós indignos e imerecedores somos justificados. De fato, a obediência de Cristo é o mérito por conta de qual somos justificados.

Sendo que Deus enviou Seu Filho ao mundo e que Deus, o Filho, é o Mediador, deu satisfação à lei por nós, o qual nenhuma dignidade nossa, nenhum mérito nosso tem procurado. Mas merecendo algo muito diferente, Deus decretou e outorgou isto de pura graça e misericórdia.

Tampouco merecemos por qualquer dignidade nossa que a justiça de Cristo nos seja imputada, senão que é imputada sem obras, grátis, pela graça de Deus para com os crentes (Rom. 4:16). Assim, quanto a nós, é unicamente a pura e gratuita graça, bondade, amor e misericórdia de Deus que somos justificados diante de Deus para a vida eterna. Esta explicação mostra que toda a doutrina da justificação é clara e simples.

Mas nós mesmos não originamos esse ensinamento de que Cristo, o Mediador, cumpriu a lei por nós mediante a mais ampla satisfação dos castigos e mediante a mais perfeita obediência; e que essa justiça do Mediador seja imputada aos crentes para que por ela sejamos justificados diante de Deus para a vida eterna. Contudo, esta é a doutrina específica e perpétua do Evangelho, da qual somente indicaremos várias declarações evidentes:

Gál. 3:13: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar . . . para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios”. Ouvis que os gentios obtêm a bênção pela qual são livrados da maldição tendo em conta a redenção de Cristo, pela qual ele foi tornado maldição por nós.

Gál. 4:4, 5: “Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos”. Por conseguinte, somos adoptados como filhos por conta da satisfação e obediência de Cristo.

II Cor. 5:21: “Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”. Mas, como foi Cristo feito pecado? Certamente por imputa-

ção. Assim é como somos feitos justiça de Deus nele. . . .

I Tim. 2:6: “O qual a si mesmo se deu em resgate por todos”. Rom. 10:4: “O fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê”. Em Romanos 5:9 Paulo diz que somos justificados através do sangue de Cristo e na explicação disto declara que fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho. “Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim também por meio da obediência de um só muitos se tornarão justos”. Rom. 5:19. Mas, como? Paulo responde em Romanos 4:5: Porque “sua fé é contada por justiça”. Não porque a fé em si seja tão grande virtude, mas porque lança mão, aceita, abraça e possui a Cristo, que é o fim da lei para justiça a todo aquele que crê. Porque esta é a justiça que Deus imputa sem obras aos que são benditos. Porque mediante a redenção que está em Cristo Jesus somos justificados (Rom. 3:24). Jeremias 23:6 declara: “E este será seu nome com que será chamado: Senhor Justiça Nossa”. I Cor. 1:30: “O qual se nos tornou da parte de Deus . . . justificação”. II Cor. 5:21: “Para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”. Isa. 53:5, 6, 11: “O castigo que nos traz a paz estava sobre Ele; e por suas feridas fomos sarados”. “O Senhor fez cair sobre Ele a iniquidade de nós todos”. “Com o seu conhecimento justificará muitos”.

Subscrições Grátis

Envie seu pedido ao seguinte endereço: **Pregoeiro da Justiça**
P. O. Box 700, Fallbrook, California 92028 EE. UU.

- [] Desejo unir-me a lista regular de subscritores para continuar recebendo gratuitamente o **Pregoeiro da Justiça**.
- [] Desejo unir-me também a sua lista de subscritores para receber suas publicações em lingua espanhola.

Nome _____
(use letra de forma)

Endereço _____

Formulario do Pedidos

Pregoeiro da Justica

Indique quantos exemplares e envie seu pedido com nome e endereço.

- _____ Vol. 1, Núm. 1 “O Batismo do Espírito Santo”
- _____ Vol. 1, Núm. 2 “Justificação—Católica versus Protestante”
- _____ Vol. 1, Núm. 3 “A Mensagem de Paulo Sobre a Justificação”
- _____ Vol. 1, Núm. 4 “Martinho Lutero fala a esta geração”
- _____ Vol. 1, Núm. 5 “A Lei e o Evangelho”

